



## PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

**JOELBERT MENEZES PEREIRA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Alacid Nunes, 150, Centro, Município de Abel Figueiredo, Estado do Pará, **responsável pelo Controle Interno do Município de ABEL FIGUEIREDO**, nomeado nos termos do **DECRETO 005/2017**, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará-TCM/PA, nos termos do **§1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014**, que analisou integralmente o **TERMO ADITIVO** ao **Processo nº 6/2017-11**, de **INEXIGIBILIDADE** referente à **Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de software na área de contabilidade pública, para geração de folha de pagamento, com armazenamento de dados em tempo real e geração de dados para o e-contas, conforme necessidades da Prefeitura Municipal de Abel Figueiredo**, referente à modalidade **INEXIGIBILIDADE**, tendo por **objeto** do presente Termo Aditivo a **Alteração na VIGÊNCIA CONTRATUAL do Contrato 20170026, para o período de 01/01/2018 a 31/12/2018, estendendo para este período o valor total do contrato de R\$ 12.000,00**, celebrado com a Prefeitura Municipal de Abel Figueiredo.

### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1º - O presente Termo Aditivo possui fundamentação nos termos do Art. 57, Inciso IV, da Lei Federal 8.666/93, que autoriza ser aditivada a vigência contratual para utilização de programas de informática.

2º - A prorrogação do referido certame visa atendimento do Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal.

3º Com base no entendimento do Inciso II, do Art. 57, da Lei 8.666/93, o acordo entre as partes contratuais, referente à permanência dos valores estabelecidos inicialmente, a prorrogação da vigência do presente contrato atende à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração pública municipal.

Evidenciados os fundamentos e entendimentos supracitados, esta Coordenadoria de **Controle Interno emite PARECER FAVORÁVEL** ao presente **Termo Aditivo**, concordando estarem devidamente fundamentados na **Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, e demais legislações correlatas**.



O presente Termo Aditivo, objeto do Parecer em pauta, gerou o detalhamento, conforme abaixo melhor se descrevem:

INEXIGIBILIDADE 6/2017-11				
CONTRATO	UNI. GEST.	FORNECEDOR	Valor Inicial	Valor/Vigência do Aditivo
20170026	PMAF	Sistemas Inteligentes e Automação Produtiva Ltda. – ME	12.000,00	Vigência aditivada em 12 meses
<b>Total Geral do Aditivo</b>				<b>12.000,00</b>

Por fim, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, declaro, ainda, que o referido processo se encontra:

**(X) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;**

*( ) Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com a ressalva enumerada neste parecer de controle interno.*

*( ) Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.*

Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao **Ministério Público Estadual**, para as providências de alçada.

JOELBERT MENEZES PEREIRA  
Controle Interno